

# A ALBA ENQUANTO FERRAMENTA INTEGRACIONISTA EMANCIPATÓRIA NAS RELAÇÕES SUL-SUL

## EL ALBA COMO HERRAMIENTA INTEGRACIONISTA EMANCIPATORIA EN LAS RELACIONES SUR-SUR

Amanda Orguim Simioni (UNILA)<sup>1</sup>

### Resumo

A Venezuela é um importante agente ao pautar as Relações Sul-Sul enquanto ferramenta contra hegemônica nas relações entre Estados. Ao olhar para a política externa venezuelana é possível já no século XX, na Carta de 1961, observar um posicionamento multilateralista e a diversificação das relações econômicas e políticas com um caráter terceiro-mundista. A instrumentalização de parcerias políticas, econômicas e sociais, ganha outro contorno com a chegada de Hugo Chávez à presidência, no início do século XXI. Foram incentivadas as parcerias com o Sul global e, mais especificamente, América Latina. Um dos objetivos da política externa chavista foi construir uma arena internacional com equidade, um dos caminhos para alcançá-lo seria a independência econômica e política da América Central e Caribe dos Estados Unidos por meio da integração regional. Tendo isso em mente assina conjuntamente com Fidel Castro a declaração em que surge a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), em 2004; um mecanismo para o desenvolvimento dos países da região sem a ingerência do Norte, dando potência a um acordo mútuo. A pesquisa parte de uma análise comparada da política externa do primeiro governo de Rafael Caldera e os dois governos de Hugo Chávez para entender qual papel a ALBA tem na política externa venezuelana pós-1999 e nas Relações Sul-Sul.

**Palavras-chave:** Política Externa; Relações Sul-Sul; Venezuela; ALBA; Anti-imperialismo

### Resumen

Venezuela es un importante actor al tener en cuenta las Relaciones Sur-Sur como herramienta contrahegemónica en las relaciones entre los Estados. Al analizarla política exterior venezolana es posible incluso en el siglo XX, en la Carta de 1961, observar una postura basada en un planteamiento multilateralista y la diversificación de las relaciones económicas y políticas de carácter tercermundista. La instrumentalización de parcerias políticas, económicas y sociales con un carácter tercermundista ganan otro diseño con la llegada a la presidencia de Hugo Chávez, al inicio del siglo XXI. Se impulsaron las alianzas con los países del Sur, sobre todo los países latinoamericanos, eso cimentado en un carácter antiimperialista presente en las demandas por equidad en las negociaciones en el plan internacional. Uno de los puntos clave planteados por la política exterior de Chávez es la independencia económica y política de América Central y el Caribe de los EE.UU. a través de la integración regional. Con eso en mente firma junto a Fidel Castro la declaración que dio origen a la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), en 2004; una herramienta para el desarrollo de los países de la región sin la injerencia del Norte, potencializando un acuerdo recíproco. La investigación empieza desde un análisis comparado de la política exterior del primer gobierno de Rafael Caldera y los dos gobiernos de Hugo Chávez para entender cuál es el papel de la ALBA en la política exterior venezolana después de 1999 y en las Relaciones Sur-Sur.

**Palavras-Clave:** Política Exterior; Relaciones Sur-Sur; Venezuela; Antiimperialismo

### INTRODUÇÃO:

É imprescindível entender o processo histórico que deu abertura para o surgimento da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), isto é: em que Venezuela foi gestada. Para isso é necessário voltar no tempo e observar a continuidade e ruptura que representa dentro da história da política externa do país, ou seja, como estão inseridas nesse movimento dialético. A política externa venezuelana carrega as lutas de Simón Bolívar pela independência da Gran-Colômbia e também as contribuições do General Isaías Medina Angarita. Elas são parte de um longo processo que tem continuidade no governo de Rafael Caldera e posteriormente no de Hugo Chávez, ou seja, ações que apontaram as direções políticas e econômicas desse processo que culminaria na integração regional no século XXI. Será feita uma análise de dois períodos: 1969-1974 e 1999-2010, visto que a política externa em vigência nesses períodos contribuiu significativamente, Rafael Caldera atuava dentro de uma perspectiva terceiro-mundista para diversificação de suas parcerias com o Sul Global e passou a enfrentar o imperialismo estadunidense na economia. Contudo, as iniciativas para a integração regional solidária com a América Central e Caribe foram uma contribuição trazida por Hugo Chávez, um avanço na política externa e integração regional se comparada ao período de *Pacto de PuntoFijo* onde está inserido o primeiro governo de Caldera (OLIVEIRA, 2012, p. 60).

As Relações Sul-Sul surgem em um momento de enfrentamento ao colonialismo como ocorreu na Conferência de Bandung (1955), após um levante dos povos. A reivindicação da independência na Argélia, feita de forma horizontal para barrar o domínio colonial da França em um território altamente desigual. O desejo por equidade nas negociações feitas na arena internacional reproduz esse momento histórico. Segundo a carta escrita na Conferência, todos os países devem ter o mesmo peso e as mesmas condições de acordo, diferente do que ocorria até então nos contratos feitos com países do Norte. Um dos grandes objetivos seria mudar a

<sup>1</sup>Estudante de Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: <amanda.orguimsim@gmail.com>

dinâmica de poder no sistema internacional. A ALBA insere-se dentro desse marco, buscando outras formas de realizar a integração regional de uma maneira solidária, baseada na reciprocidade e na complementaridade, reivindicando, acima de tudo, sua autonomia, característica essa que sempre foi negada à região que foi inserida em um regime de dependência e submissão aos interesses econômicos e políticos do Norte. Esse é seu princípio condutor.

A ALBA está inserida em um processo que foi possibilitado na política internacional e na política doméstica da Venezuela. A independência da Gran-Colômbia é um momento chave, uma vez que esteve permeada por uma concepção de política exterior voltada para a integração da região, ainda que seu grau de institucionalização fosse baixo dentro do que é concebido hoje como o grau mais elevado de um processo integracionista. Simón Bolívar defendia a união e o fortalecimento dos Estados da América Latina, tanto no aspecto político quanto no econômico, a fim de conquistar maior autonomia (FREITAS; MARY, 2006, p. 2). Em 1872, o então presidente General Guzmán Blanco, decretou que todas as praças e ruas do período hispânico fossem rebatizadas com o nome de Simón Bolívar, o hábito sobrevive até os dias de hoje e a moeda do país também recebeu o nome do libertador (UCHOA, 2003, p. 103 *Apud* FREITAS; MARY, 2006, p. 2).

O processo de fortalecimento das relações da Venezuela com a região latino-americana tem continuidade no governo do General Isaías Medina Angarita, ainda que tenha estreitado os laços políticos e comerciais com os Estados Unidos, estreitou laços diplomáticos com Estados da região, foi o primeiro presidente do país que viajou com objetivos diplomáticos, visitou os países bolivarianos entre Julho e Agosto de 1943 (POLANCO, p. 164 *Apud* PICÓN, 1999, p. 182). O processo integracionista é impulsionado no governo de Rafael Caldera e no pós século XXI toma forma no governo Hugo Chávez. A pesquisa está embasada no estudo de artigos científicos, entrevistas, livros e documentos oficiais, com o objetivo de construir um plano de fundo que torne possível entender o desenvolvimento da ALBA dentro da política exterior do Estado venezuelano voltada para a integração latino-americana.

## AS RELAÇÕES SUL-SUL DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO DE RAFAEL CALDERA

O primeiro governo de Rafael Caldera aconteceu durante a vigência do *Pacto de PuntoFijo*<sup>2</sup> (1958-1989), nesse período o principal e único canal com o qual o povo contava para configurar-se enquanto sujeito político era os partidos políticos, presentes inclusive nas agremiações políticas nas Universidades (URBANEJA, 2007, p. 5). A política externa do primeiro mandato de Rafael Caldera (1969-1974) foi orientada por princípios que historicamente delinearão a política externa do Estado na busca da autonomia e soberania manifestas na Carta de 1961: autodeterminação dos povos, não-intervenção, exercício dos direitos humanos, solução pacífica de controvérsias e prescrição do uso de força (VENEZUELA, 1961, preâmbulo *apud* VILLARROEL, 2008, 176-177). O governo baseou-se no pluralismo ideológico (que está estreitamente vinculado ao princípio de não-intervenção) e na luta por justiça internacional, contra a desigualdade e injustiça, por meio de fórmulas de união e ação conjunta para que as grandes potências da época assumissem sua responsabilidade frente aos problemas de desigualdade mundial. Ainda assim, priorizou a defesa dos interesses do país e suas especificidades (VILLARROEL, 2008, p. 177).

A política externa do período foi baseada em princípios que prezavam pela soberania e fortalecimento da integração, como o pluralismo ideológico, que tornaram possível uma integração que diversificasse suas parcerias econômicas e políticas de contornos terceiro-mundistas. Suas principais iniciativas para América Central e Caribe foram: restabelecimento das relações diplomáticas com Panamá; a criação de comissões mistas para atender aos problemas fronteiriços com a República Dominicana e Guiana; realização de um intercâmbio cultural com Trindade, Jamaica e Barbados; cooperação técnica e agrícola com San Vicente e Granadinas; e estabelecimento de um diálogo com os ministros de economia e finanças do Mercado Comum Centro-americano e do Panamá.

O Caribe passou a ser visto pelo governo enquanto área estratégica para segurança devido a três fatores: 1) Espacial: pela conformação espacial era importante impulsionar o Caribe pela cooperação e integração servindo de ponto entre o Caribe e o Sul do continente; 2) Pessoal: o cônsul era vinculado ao Caribe por ter nascido em Trindade; 3) Político: a empatia com os governos de tendência social democrata que permitia a confluência de valores e visões do sistema interamericano. O período foi importante para diversificação das relações da Venezuela com o Sul Global e para o alcance de um maior prestígio no sistema internacional. Em foros internacionais e em processos integracionistas, os nomes Rafael Caldera e o de seu cônsul Arístides Calvani tornaram-se reconhecidos (VILLARROEL, 2008, p. 176-178).

As políticas em relação ao petróleo foram de cunho nacionalista e autonomista, como na nacionalização do gás. Outro elemento importante é a busca pela equidade nas negociações com os Estados Unidos, que a tratava de forma diferente do que o Canadá ou o México. A Venezuela passa a ter uma postura anti-imperialista, com isso em mente, apóia a criação de um organismo regional

<sup>2</sup>Consenso e pacto político estabelecido entre os principais atores da vida política nacional (partidos políticos, igreja, militares, CTV, FEDECAMARA) (VILLARROEL, 2008, p. 176)

energético e aumenta os impostos das companhias petrolíferas que possuam concessões no país. No período, o preço do petróleo passou de 2 a 14 dólares (VILLARROEL, 2008, p. 178).

O período foi o início na Venezuela de uma política externa mais autônoma, isso também se deveu em parte a uma nova ordem internacional onde o poder econômico era tão importante quanto o poder político e militar, a distensão e despolarização permitiam assumir novas posturas, ao invés de buscar a consolidação da democracia representativa inclina-se para buscar justiça social (VILLARROEL, 2008, p. 179). Prezando pela defesa dos preços de petróleo e assumindo sua postura enquanto ator político importante nesse espaço-tempo passa a projetar seus interesses nacionais voltados para a integração regional baseada no pluralismo ideológico, fazendo frente à presença dos Estados Unidos na região e à forma sob a qual ele estabelecia suas parcerias.

## **A POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA E AS RELAÇÕES SUL-SUL: A CONTINUIDADE E O DIFERENCIAL DA POLÍTICA EXTERIOR DE HUGO CHÁVEZ**

A política externa venezuelana após 1999 assume uma face diferente dos períodos do *Pacto de PuntoFijo*, tem como característica principal a solidariedade e a cooperação com os países da região latino-americana e (referência à Carta de 1999, plano econômico de transição e na Lei de Serviço Exterior) ganha contornos muito mais específicos a partir da Carta de 1999 indo além da integração econômica (OLIVEIRA, 2012, p. 64), com pautas como: desarmamento nuclear, equilíbrio ecológico e democratização do sistema internacional, não só de Estados mas de todos atores internacionais, para construir um sistema multipolar e mais justo onde todos os países possam participar em condições iguais e tenham mesmo peso na arena internacional (VILLARROEL, 2008, p. 180). Seu principal diferencial é a extensão da democracia participativa<sup>3</sup> para a política externa, voltando-se para as populações dos países Centro-americanos e Caribenhos.

No período de 2000 a 2010, foi posto em prática um projeto que objetivava uma mudança na construção da política externa para a região, indo mais além da integração econômica proposta em 1961, a nova Carta visa promover a integração regional por meio da construção do desenvolvimento comum (econômico e social) entre os povos latino-americanos; outro ponto que passa a existir na Carta de 1999 é o prevailecimento de tratados de organizações supranacionais em relação à legislação interna no que diz respeito à construção da integração regional para a América Latina (OLIVEIRA, 2012, p. 64). Tratados ou contratos internacionais dependem, nas duas constituições, da aprovação do legislativo, mas o artigo 73 da Carta de 1999 introduz a possibilidade de realização de referendos populares para celebração de alguns compromissos internacionais (SILVA; ROMERO; ROMERO, 2003, p. 163 apud OLIVEIRA, 2012, p. 65). O enfoque regional voltado para a América Central e o Caribe está presente de forma diferente de Caldera, uma ruptura na forma com a qual a integração regional acontece, definido o interesse nacional baseado nos ideais bolivarianos<sup>4</sup>. A recusa a incluir Cuba por parte do México no acordo San José, que desde 1980 fornece 160 mil barris de petróleo a nações centro-americanas em condições financeiras especiais, motiva a instrumentalização de um pacto com Cuba. Nesse pacto a Venezuela exportaria petróleo em troca de bens e serviços. Além disso, em outubro de 2000, Chávez assina o Acordo Energético de Caracas, a fim de expandir para outros países da região as facilidades de pagamento para compra de combustível. A partir de Chávez também são dinamizadas as exportações da Venezuela para o Caribe (VASCONCELLOS, 2009, p. 39).

Enquanto Estado fundador da OPEP teve como meta recuperar o protagonismo da organização no plano internacional e o protagonismo da Venezuela dentro da organização. Houve a busca de preços justos para produtores e consumidores, fixando os preços entre 22 e 28 dólares. Após a invasão dos Estados Unidos ao Iraque foi produzido um descompasso e os preços dispararam. A alta dos preços permitiu que a Venezuela estabelecesse uma política petrolífera mais agressiva e influente no Caribe e no restante da América Latina. Aproximou-se de países considerados incômodos pelos EUA como: Iraque, Irã, China, Afeganistão, Líbia e Cuba (VILLARROEL, 2008, p. 181-182).

No marco do Petrocaribe (iniciativa da ALBA) fez frente ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), na I Cúpula Energética do Caribe acordou que a Venezuela ficava responsável por prover hidrocarbonetos a 14 membros do CARICOM a preços preferenciais, quando o preço superasse os 40 dólares financeira de 30 a 50% da faturação, os países caribenhos teriam de um a dois anos sem arcar com os custos e até 17 anos para pagar o valor diferido (RAMÍREZ, 2005 apud VILLARROEL, 2008, p. 183-184). Além disso, facilitaria o intercâmbio tecnológico, assessoramento técnico e infraestrutura nas áreas de produção, refinamento, transporte e poupança de energia de tal maneira que o Petrocaribe assegurasse o fornecimento de energia segura na região,

<sup>3</sup> Concepção democrática baseada na participação protagônica e na justiça social que dá ênfase no respeito aos direitos e no ideal bolivariano (VILLARROEL, 2008, p. 175).

<sup>4</sup> “[...] se busca recuperar la herencia de Bolívar para América Latina y reorientar el rol de Venezuela como rector de los cambios esperados por la región (VILLARROEL, 2008, p. 182).”

sobretudo em tempos de turbulência internacional; com objetivo de desenvolver a região baseado na solidariedade recíproca, complementaridade e cooperação, ao mesmo tempo em que se fortaleceria a presença da Venezuela no Caribe (VILLARROEL, 2008, p. 184). Para Chávez, a América Latina e, especificamente, o Caribe deveriam estar no foco de acordos e alianças. Durante seu governo representaram uma continuidade no fortalecimento da integração regional, no entanto, foi a partir de seu governo que as iniciativas assumiram outro caráter, conduzidas mais especificamente de maneira a fazer frente à ingerência do Norte e assumindo contornos diferenciados do pluralismo ideológico de Caldera.

No primeiro documento que identifica as diretrizes da política externa durante o governo *Venezuela construye su camino: 2001 año para decisión de grandes logros*, o capítulo Equilíbrio Internacional pauta uma política externa baseada em princípios próprios das Relações Sul-Sul, como o fortalecimento do diálogo entre países em desenvolvimento para reconfiguração de um sistema internacional mais equilibrado; estímulo do desenvolvimento conjunto - cultural, econômico, social e humano - entre os países da região latino-americana e caribenha; e a reivindicação de uma sociedade internacional multipolar. A concretização desses objetivos está apontada no próprio documento, com medidas como o ingresso da Venezuela como membro associado do MERCOSUL, priorização da relação com os países latino-americanos e caribenhos, apoio ao estabelecimento de um diálogo entre América Latina e África, promoção de mudanças estruturais em organismos internacionais para fortalecer as posições dos países em desenvolvimento, e a importância do G-15, G-77, Movimento dos Países Não-Alinhados e Grupo do Rio. A execução desses objetivos seria possível a partir da construção de uma agenda comum entre os países do Sul a partir do estímulo de foros, conferências e eventos sobre temas como investimentos, transferência de tecnologia e redução da dívida externa; com o estímulo ao G-15 e ao Movimento dos Não-Alinhados, com a redução de gastos militares e através do fomento a iniciativas que possibilitassem estabelecer parcerias de confiança, optando pelo diálogo e pela solução pacífica de controvérsias (segundo a tradição da política externa do país) (VENEZUELA, 2001 apud Oliveira, 2012, p. 71).

Após dois anos focados na reconstrução da Venezuela, Chávez tem a possibilidade de dedicar plenamente sua atenção para planificar a política externa e consolidar o que chamava de "Socialismo do Século XXI". As bases do seu pensamento aparecem explicitadas no documento *El Nuevo Mapa Estratégico* (VENEZUELA, 2004 apud OLIVEIRA, 2012, p. 73-74), estão presentes pontuações importantes acerca da Cooperação Sul-Sul, sublinhando a importância da nova organização multipolar para o estabelecimento das relações internacionais da Venezuela; como, por exemplo, enxergava a Venezuela e a África em situações similares, e que a resposta para libertação do jugo imperial seriam ações conjuntas com a União Africana (VENEZUELA, 2004, p. 24).

O documento "Marco Filosófico para Integração do Sul 2007-2013", traz novamente o pensamento geopolítico orientado para a Cooperação Sul-Sul. Nele realiza um balanço de quais objetivos a Venezuela já avançou desde o lançamento, em 2001, do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, a fim de construir um sistema internacional multipolar que incentive a integração latino-americana e caribenha. Para tal, propõe novas alianças que correspondam a essa nova configuração. Contrapondo à hegemonia do imperialismo estadunidense por meio da diversificação de parcerias fundadas nas bases da política externa venezuelana: solidariedade e desenvolvimento equânime dos países (VENEZUELA, 2007, p. 43-45). Nesse documento também é pontuada a importância da construção de um novo MERCOSUL e no incentivo à ALBA e à aproximação da América do Sul e Caribe (VENEZUELA, 2007, p. 45-47).

## **A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE NA POLÍTICA EXTERIOR VENEZUELANA COMO CATALISADOR PARA O SURGIMENTO DA ALBA**

Ao comparar as constituições vigentes no governo de Caldera e Chávez é possível perceber uma mudança na política externa em relação à América Latina e Caribe. Altera-se o tipo de relação que será estabelecida com a região a partir da constituição de 1999. Tomando como exemplo o Artigo 153, se propõe a uma integração que vá além da econômica exercida até então e traz como ponto nevrálgico um desenvolvimento conjunto com o Caribe, além disso, é mais específica e detalhista que a de 1961 (OLIVEIRA, 2012, p. 66). Aí se insere a ALBA, uma das principais iniciativas de integração regional voltadas para a região já feitas por um país latino-americano.

O governo de Chávez enxergava a centralidade e a importância de pensar uma política externa conjunta entre os países da região, dado o histórico de dependência política e econômica que foi fruto de uma política externa dos Estados Unidos para a América Central, como foi o caso da United Fruit Company (UFC) entre os séculos XIX e XX. É possível entender essa relação de indissociabilidade entre a política e economia e o imperialismo estadunidense, segundo Harvey: "a acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar" (HARVEY, 2005 p. 149); resultando em um golpe de Estado e na instituição de um governo ditatorial na

Guatemala, em 1954, para garantir os interesses econômicos dos monopólios estadunidenses (aliados às oligarquias locais) que se viram ameaçados diante da reforma agrária no país e pelo controle do espaço<sup>5</sup> (PACHECO; SORIANO, 2015).

Feito esse parêntese, A ALBA insere-se nesse contexto de mudança, uma vez que nasce da aproximação entre Venezuela e Cuba, culminando na declaração assinada em 2004 pelos dois Estados, ainda que anteriormente Hugo Chávez já tivesse feito menção à sua criação (BATISTA, 2016). Nessa ocasião eliminaram as barreiras alfandegárias e qualquer outra barreira não alfandegária às importações com origem em ambos os países; as exportações passaram a ser pagas em produtos venezuelanos ou cubanos, em moeda nacional ou outras moedas mutuamente aceitas (ALBA, 2004 apud GIMENEZ; SEABRA, 2015, p. 5).

A ALBA pensada por Fidel Castro encontra em Chávez um promotor e financiador do projeto (LIMA, 2012, p. 45). A Aliança incorpora a unidade entre os povos latino-americanos para libertação do modelo capitalista neoliberal imposto pelo Consenso de Washington, segundo Chávez, objetiva promover o “socialismo do século XXI” e conformar uma “Liga do Sul” - política, econômica, social e militar - para negociar em condições equânimes entre os Estados (Chávez, 2005). A Aliança é um híbrido entre Organização Internacional e acordo multilateral. Organizada como OI, conta com um Conselho de Presidentes, Conselhos de Ministros, Conselho de Movimentos Sociais e diversas comissões internacionais, e, ao mesmo tempo, possui instituições transnacionais como as Companhias Grã-Nacionais (cooperativas de empresas de diversos países-membros da ALBA, criadas para facilitar as trocas intra-bloco), o bloco promove acordos bilaterais ou multilaterais entre membros e não membros, incentivando projetos transnacionais de bem-estar social e criando, assim, um espaço para fortalecimento da integração da região (RIGGIROZZI, 2011 apud BATISTA, 2016, p. 1077).

A Aliança representa, ao mesmo tempo, continuidade e mudança na política exterior venezuelana “É sensível a mudança compreendida entre o governo Chávez e os anteriores, principalmente em sua retórica” (LIMA, 2012, p. 42), uma vez que ocorre a intensificação da integração com a região pautada na promoção de um desenvolvimento mútuo. Torna-se uma ferramenta para instrumentalização da política externa anti-imperialista<sup>6</sup> e Chávez, como é possível perceber nos documentos oficiais do governo, a ALBA, que mais tarde torna-se ALBA-TCP (Tratado de Comércio dos Povos)<sup>7</sup>. Rompe com a cartilha neoliberal de cooperação estritamente econômica beneficiadora do capital externo imposta pelo Consenso de Washington, nos anos de 1990. Foi também um importante mecanismo para fazer frente à ALCA, um acordo de comércio para liberalizar os mercados na América Latina, onde o maior beneficiado seria os Estados Unidos.

## PRINCIPAIS INICIATIVAS E FRAGILIDADES DA ALBA

A característica marcante da ALBA e seu diferencial dentro das iniciativas de integração e das Relações Sul-Sul no continente é o grande foco dado às populações dos países que a integram, isso é pensado em conjunto com a integração energética, explorando seus hidrocarbonetos e parcerias, tanto novas como revitalizadas. Isso configura o primeiro ponto de interseção da ALBA-TCP entre seus países membros e também dos acordos entre o bloco e demais países sul-americanos (LIMA, 2012, p. 48). A ALBA também pode ser pensada enquanto uma superação da lei do valor vigente a nível internacional através de mecanismos de intercâmbio compensado, de convênios médico-hospitalares, de programas de alfabetização, de novos sistemas financeiros e monetários, de desenvolvimento das infraestruturas e da integração energética; processo ainda em desenvolvimento, onde os mecanismos de intercâmbio compensado e economia de troca não são apenas elementos políticos, mas sim alguns dos possíveis modos de enfrentar as manifestações das transferências de valores, da mais-valia extra, da especialização produtiva e do padrão de acumulação capitalista entre os países membros do bloco (GIMENEZ; SEABRA, 2015, p. 1).

Os acordos firmados para desenvolvimento na América Latina avançaram com a ALBA, um grande “guarda-chuva” debaixo do qual são abrigados diversos acordos da Venezuela com seus vizinhos, sendo muitos destes acordos bilaterais (LIMA, 2012, p. 56). Desde sua criação, com a parceria Cuba-Venezuela foram firmados acordos comerciais bilaterais e os países ampliaram a parceria na educação e saúde; como foi o caso da concessão de Havana de mil bolsas de estudo por ano no ensino superior e da disposição à Universidade Bolivariana de médicos cubanos que atuariam como professores na faculdade (VASCONCELLOS, 2009, p. 37).

<sup>5</sup> “ Em seu auge, a UFC controlou a economia da América Central e de outros países da América do Sul, se aliando a regimes autoritários e se aproveitando da instabilidade política local e subdesenvolvimento regional. Neste contexto, a principal sede da United Fruit era a Guatemala, país governado por uma ditadura, onde uma minoria tinha maior posse da maior parte das terras (MARQUETTO, 2010, p. 9).”

<sup>6</sup> Posição política representada por um conjunto de medidas e ações que se configuram em barreiras ao controle e ao domínio impostos pelos países considerados centrais em relação aos periféricos e semi-periféricos. O imperialismo imprimido pelos países europeus e a potência norte-americana aos Estados latino-americanos é caracterizado pela centrifugação dos recursos econômicos, além das intervenções políticas e culturais que acabam por ratificar a hegemonia desses países centrais no cenário mundial (LIMA, 2012, p. 43).

<sup>7</sup> Em abril de 2006, junto à adesão da Bolívia, o TCP fomentaria o intercâmbio de bens e serviços a partir de mecanismos não mercantis, para estimular um sistema de produção baseado em vantagens construídas e amenizar as assimetrias entre os países (VASCONCELLOS, 2009, p. 38).

O Banco da Aliança, fundado em 2008, é integrado pelos seguintes países membros: República Bolivariana de Venezuela, República de Cuba, Estado Plurinacional de Bolívia, República de Nicarágua, San Vicente e Granadinas e a Mancomunidade da Dominica; participam com representação igualitária mesmo com aportes assimétricos de capitais (ALBA, 2017) (GIMENEZ; SEABRA, 2015, p. 8). Tem como objetivo financiar projetos aprovados dentro da ALBA e que contemplem:

- 1) Desenvolvimento econômico: a fim de melhorar a produtividade e eficiência em setores chave da economia, a complementaridade e desenvolvimento das cadeias produtivas, proteção de recursos naturais, entre outros;
- 2) Desenvolvimento social: nas áreas da saúde, educação, moradia, desenvolvimento comunitário, redução da exclusão social – e outros que contribuam na melhora da qualidade de vida dos povos;
- 3) Expansão e conexão da infraestrutura dos países objetivando potencializar suas capacidades a fim de assegurar, entre outros objetivos, a soberania e segurança alimentar;
- 4) Empresas Binacionais, Grã-nacionais ou qualquer outra modalidade de organização associada que promova investimentos de interesse mútuos compreendidos dentro dos objetivos da ALBA;
- 5) Promover, criar e administrar fundos de financiamento reembolsáveis e não reembolsáveis orientados para fomentar o desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- 6) Prover recursos para assistência técnica, estudos de pré-investimento, investigação e desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia;
- 7) Desenvolver e promover a prática do comércio justo de bens e serviços (ALBA, 2016).

Em funcionamento desde 2008, servirá como incentivador dos projetos no âmbito da ALBA-TCP quando esta atingir um patamar mais assertivo de atuação (LIMA, 2012, p. 51):

El Banco surgió por iniciativa de la VI Cumbre del ALBA celebrada en la Ciudad de Caracas, el 26 de enero de 2008. Es el Banco de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), organismo de Derecho Internacional Público de carácter financiero, con personalidad jurídica propia. Es una entidad financiera creada para dar respuesta a la necesidad de tener un organismo que permita financiar y apoyar económicamente proyectos que impulsen la sustentabilidad de los países de América Latina y el Caribe, así como, la motivación de los diferentes países que integran el Grupo del ALBA a involucrarse en proyectos destinados al desarrollo integral de los pueblos (ALBA, 2010).

O Banco é responsável pelo financiamento de projetos <sup>8</sup>que contam com transnacionais intra-bloco que utilizam o SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional) como moeda, a fim de eliminar a dependência decorrente do uso de moedas fortes como o dólar, que dominam o comércio mundial e gera dependência financeira, o que possibilita também redução de custos. O SUCRE é uma moeda virtual, ou seja, não circula fora das negociações da ALBA, cada país possui uma quantidade de acordo com sua importância econômica no bloco, 154 milhões de sucres foram divididos da seguinte forma: Venezuela 67.2 milhões, Equador 24.8 milhões e Cuba 20 milhões (TRUCCO, 2012 apud Batista, 2016, p. 1078). As transações com o SUCRE cresceram 109% quando comparados Janeiro de 2015 e Janeiro de 2016 (VENEZUELA, 2016).

Uma das principais iniciativas para integração energética, a Petroamerica, surgiu com a função de coordenar e articular políticas de energia (petróleo e seus derivados, gás e eletricidade). Proporcionou a redução das desigualdades quanto ao acesso a recursos energéticos, ao eliminar os agentes intermediários do comércio a negociação aconteceria diretamente entre os órgãos estatais, os países deveriam pagar 60% do valor adiantado e o restante poderia ser negociado em um período de 25 anos a juros de 1%; isso fez com que o petróleo fosse negociado a preços acessíveis para muitas economias que sofriam à época com a escalada dos preços da *commodity*. Além disso, também estimularia o desenvolvimento de uma infraestrutura energética e o aproveitamento de fontes alternativas como a eólica e a solar. A Petroamerica abrange o Petrocaribe, Petroandina e Petrosul, sendo o Petrocaribe a mais atuante (MUHR, 2010 apud Batista, 2016, p. 1078) (BATISTA, 2016, p. 1078-1079). A ALBA da Nicarágua SA (Albanisa) financiou em julho de 2007 a construção de uma refinaria de petróleo na costa pacífica da Nicarágua, com previsão de produção de 150.000 barris diários, onde a Venezuela aportaria 51% do capital através de PDV-Caribe e a Nicarágua o restante através da Petróleos da Nicarágua SA (Petronic). Foi iniciada logo depois a construção de tanques próprios da Petronic e o reparo dos que já existiam com o objetivo de superar a dependência de armazenamento em empresas transnacionais; com a capacidade de armazenamento de um milhão e vinte mil barris. Um dos principais investimentos da Albanisa é a refinaria *Supremo Sueño de Bolívar*, que inclui além da refinaria um complexo petroquímico capaz de processar 150 mil barris diários, e que a partir do ano 2019 terá a capacidade de abastecer tanto a Nicarágua como a América Central com petróleo e derivados (GIMENEZ; SEABRA, 2015, p. 6-7).

<sup>8</sup> Por exemplo, o Fundo ALBA-Caribe e Albamed, e uma carteira de projetos em energia, meio-ambiente e telecomunicações, além disso, o banco colabora na administração do Fundo ALBA-Petrocaribe (GIMENEZ; SEABRA, 2015, p. 9).

O social, e os indivíduos têm grande peso na ALBA, existe um esforço para que as políticas e iniciativas caminhem de forma a reduzir a desigualdade social por meio de outro modelo de desenvolvimento, um modelo do Sul para o Sul, considerando todas as particularidades e especificidades dos países integrantes. Nesse sentido, a Aliança conta com um Conselho dos Movimentos Sociais, reunindo cerca de 80 movimentos sociais de organizações de diversos países da América Latina para discutir questões diretamente ligadas às suas populações; em março de 2016, dezenas de representantes desses movimentos sociais se reuniram em Caracas para discutir medidas de enfrentamento ao crescente conservadorismo na região (BATISTA, 2016, p. 1080).

Grandes iniciativas foram consolidadas devido à ALBA no que diz respeito à alimentação e saúde. Em 2009, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Equador, Honduras e República Dominicana criaram uma companhia transnacional de produção alimentar para o combate à fome e escassez de alimentos. A companhia recebeu um investimento inicial correspondente a 49 milhões de dólares. Em 2010, Venezuela e Nicarágua assinaram acordos em segurança alimentar e cooperação econômica. Um barco com capacidade de transporte de 20 mil cabeças de gado foi adquirido para facilitar o comércio entre os dois países e a Venezuela perdeu a dívida de 31 milhões de dólares que a Venezuela possuía e doou 10 milhões de dólares para programas sociais. Em 2009, a troca entre os dois países alcançou 115 milhões de dólares; a Nicarágua exportou leite, gado, feijão e café e a Venezuela pagou com geradores de eletricidade (BATISTA, 2016, p. 1079).

Fruto de acordos bilaterais entre Venezuela e Cuba as missões sociais são importantes iniciativas para promoção de mudanças que impactam diretamente a vida dos indivíduos. As principais missões ocorrem na área de saúde e educação. A missão *Barrio Adentro* é um acordo bilateral, que consiste no envio de médicos cubanos para a Venezuela em troca de petróleo; até 2015 mais de 617 mil consultas gratuitas foram realizadas desde seu surgimento em 2003, e cerca de 1,75 milhões de vidas foram salvas, de acordo com dados oficiais, ainda, unidades de tratamento primário foram construídas e abrangeram desde as zonas urbanas até as cidades rurais na Venezuela. Em 2016, durante encontro do presidente Maduro com Fidel Castro, foi anunciado o interesse de Cuba e Venezuela em expandir o programa para 100% da população venezuelana ainda em 2016 (BATISTA, 2016, p. 1080). Dentro de *Barrio Adentro* existem ainda duas missões, a *Barrio Adentro Deportivo* e a Operação Milagres. A primeira utiliza profissionais de educação física cubanos para realização de atividades esportivas em comunidades carentes e rurais. Já a segunda foca no combate a problemas de visão. Na primeira fase da Operação médicos Cubanos realizaram 122 mil cirurgias oculares em venezuelanos, o governo pagou passagens aéreas e acomodação gratuita para os pacientes (HARRIS e AZZI, 2005 apud BATISTA, 2016, p. 1081) (BATISTA, 2016, p. 1081).

A principal fragilidade encontrada pela ALBA, junto a seu baixo nível de institucionalização, é a própria Venezuela. É o membro que mais investe e o faz com a renda do petróleo, está sujeita às oscilações nos preços da *commodity* no mercado mundial. Outra questão importante é a forma com a qual atua dentro da Aliança, tende a tomar decisões de forma unilateral, não ponderadas com o restante dos membros do grupo (LIMA, 2012, p. 53-56). Em meio à instabilidade política e ascensão de governos de centro-direita também está em ameaça a proposta integracionista da ALBA alicerçada na solidariedade bolivariana, e que entende as assimetrias dentro da Aliança prezando pela complementaridade. A junção desses dois fatores econômicos e políticos não quer dizer que necessariamente deixe de atuar, mas existem os riscos. O cenário ideal seria a continuidade de governos de esquerda aliados ao processo integracionista bolivariano. Isso possibilitaria a expansão e o aprofundamento da ALBA.

## CONCLUSÃO:

A renda extraída do petróleo foi investida de formas diferentes no decorrer da história do país, ao colocarem-se em perspectiva os séculos XIX, XX e XXI no que tange à política exterior e a economia é possível observar uma aproximação da região que remonta à independência da Venezuela. A economia do petróleo se comporta e satisfaz a diferentes setores da sociedade durante esses mais de 300 anos. A história venezuelana passa por uma série de momentos, desde uma colonização violenta ao despertar da consciência e unidade para a libertação dos laços coloniais com a metrópole espanhola no século XIX. Passou pela consolidação das grandes oligarquias no século XX e agora se apresenta como uma incógnita a estabilidade política democraticamente conquistada, que é questionada diariamente pelas grandes agências de notícias e pela oposição dentro do país. O ponto central é que o processo integracionista é cada vez mais institucionalizado tendo em mente a complementaridade e solidariedade entre os povos da região.

A Venezuela faz parte do grupo de países que quis deixar de fazer parte de uma zona de influência do norte, assim sendo, gradativamente, influenciada pela política externa e pela política doméstica diversificou suas relações econômicas. No entanto, foi com a chegada de Chávez e a repercussão da cartilha neoliberal na década de 90 que impulsionou um processo de mudança e de

enfrentamento ao poderio do norte, uma vez que esse modelo de desenvolvimento não pensava desde uma perspectiva latino-americana para redução da desigualdade, extremamente elevada no caso da Venezuela.

O diferencial ao entender o desenvolvimento da política externa venezuelana de Caldera à Chávez é a intensificação de um processo contra hegemônico baseado no conceito de guerra de posição de Gramsci. Esse é um integracionista, ainda que radical e inédito, que contrapõe uma integração "progressista" como a do MERCOSUL; de forma a desenvolver por meio da complementaridade e solidariedade os países da América Latina e Caribe, principalmente o Caribe abre gradativamente canais de contestação e mudança na ordem vigente.

A ALBA surge nesse contexto, e é um instrumento muito importante para as Relações Sul-Sul, porque seu principal objetivo, posto em prática, é equidade nas negociações entre Estados. A ALBA enxerga que os Estados devem reduzir suas assimetrias pensando sempre nos povos latino-americanos e caribenhos, surgiu a partir de um pensamento anti-capitalização da vida e se desenvolveu de forma a entender as particularidades das assimetrias do bloco, aliando o social ao econômico para que toda a região caminhe junto a um modelo de desenvolvimento autônomo e solidário que pautar a participação dos povos, considerando as possibilidades e necessidades de cada Estado. Por fim: "Unidade, unidade, dizia Bolívar, unidade - essa deve ser nossa divisa, apenas unidos poderemos derrotar o imperialismo e levantar nossos povos rumo a uma vida melhor, apenas unidos poderemos fazê-lo [...]" (CHÁVEZ, 2005).

#### BIBLIOGRAFIA:

ALBA-TCP. **Banco del ALBA**, 2010. Disponível em: <<http://alba-tcp.org/contenido/banco-del-alba>>. Acesso em: 18 jun 2017

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Constituição **da República Bolivariana da Venezuela (1999)**. Caracas, Venezuela. Gazeta Oficial da República de Venezuela. No. 36860. 30 de dezembro de 1999. Gazeta Oficial da República Bolivariana da Venezuela No. 5453 Extraordinário. 24 de março de 2000.

BATISTA, I. R. A ALBA e o modelo pós-hegemônico de integração regional. **Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, 1, 2016. Universidade Federal de Sergipe – UFS. Anais... Seminário Nacional de Sociologia da UFS. 17 pp. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/view/6097/5109>>. Acesso em: 18 jun 2017.

BOTELHO, J. A. **Hugo Chávez em Mar del Plata: Alca, Alca, al carajo!** Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=3McT\\_VSyMT0](https://www.youtube.com/watch?v=3McT_VSyMT0)>. Acesso em: 18 jun 2017.

CONGRESO DA REPÚBLICA. **Constituição Nacional (1961)**. Caracas, Venezuela. Gazeta Oficial da República da Venezuela No. 662 Extraordinário. 23 de janeiro de 1961. Emendas No. 1 e No. 2. Gazeta Oficial da República da Venezuela No. 3357 Extraordinário. 2 de março de 1984.

GIMENEZ, H. M.; SEABRA, R. L. Contra o "vazio teórico" da ALBA, uma análise propositiva a partir da lei do valor. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**. Vol. 24. Nº 41. UNB jun 2015. ISSN 1984-1639. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/viewFile/14715/11307>>. Acesso em: 18 jun 2017.

GOBIERNO DE VENEZUELA. **El Nuevo Mapa Estratégico 2004**. Disponível: <[http://www.minci.gob.ve/libros\\_folletos/6/p--13/tp--30/libros\\_folletos.html](http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Marco filosófico de la nueva integración del sur 2007**. Disponível em: <[http://www.minci.gob.ve/libros\\_folletos/6/p--13/tp--30/libros\\_folletos.html](http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html)> Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Programa Económico de Transición 1999**. Disponível em: <[http://www.minci.gob.ve/libros\\_folletos/6/p--13/tp--30/libros\\_folletos.html](http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html)> Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Proyecto nacional Simón Bolívar y la Venezuela socialista**. 2007. Disponível em <http://www.cendit.gob.ve>.



ve/uploaded/pdf/Proyecto\_Nacional\_Simon\_Bolivar.pdf. Acesso em: 12 jun 2017.

\_\_\_\_\_. Venezuela **Construye su camino: 2001 Año de definiciones para grandes logros**. 2001. Disponível em: [http://www.minci.gob.ve/libros\\_folletos/6/p--13/tp--30/libros\\_folletos.html](http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html) Acesso em: 12 jun 2017.

FREITAS, M.; MARY, D. A imagem de Simón Bolívar na construção do Estado Nacional Venezuelano e na integração latino-americana. **Ameríndia**. Vol. 1 N. 1. Universidade Federal do Ceará. ISSN: 1980-4806. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/amerindia/article/view/1385>. Acesso em: 18 jun 2017

HARVEY, D. O novo imperialismo. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012. 201 p. ISBN: 9788575029716.

MARQUETTO, R. M. **United FruitCompany: poder e influência na América Latina**. UFRGS. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28378>. Acesso em 18 jun 2017.

OLIVEIRA, RP. **Política Externa do governo Chávez: seus principais fundamentos e objetivos**. In OLIVEIRA, RP., NOGUEIRA, SG., and MELO, FR., orgs. América Andina: integração regional, segurança e outros olhares [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 59-80. ISBN 978-85-7879- 185-8. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7wnmw/pdf/oliveira-9788578791858-05.pdf>. Acesso em: 12 jun 2017.

PACHECO, I.; SORIANO, R. **Há 61 anos, Reforma Agrária foi motivo de golpe na Guatemala**. Jun 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/27/golpe-da-cia-na-guatemala-completa-61-anos-neste-sabado.html>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PICÓN, D. **Historia de la Diplomacia Venezolana (1811-1985)**. 1. ed. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1999. 357 p. ISBN: 980-244-204-6.

URBANEJA, D. B. **La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2007. 157 p. ISBN: 9802500135, 9789802500130.

VASCONCELLOS, V.V. **O Governo Chávez e a Política Externa no Continente Americano**. UFRGS. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21487/000736676.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 jun. de 2017.

VILLARROEL, Y. U. P. La política exterior de Venezuela: continuidad y discontinuidad con el pasado. **Cuestiones Políticas**. Vol. 24. Nº 41. Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas jul.-dez. 2008. ISSN 0798-1406. Disponível em: <http://200.74.222.178/index.php/cuestiones/article/view/14479/14456>. Acesso em 18 jun. 2017.